



Armazém Literário

01/07/2003 2/4

Índice

Objetivos

Edições
anterioresObservatório
na TVModo
de usar

Netbanca

Equipe

Fale com o
Observatórioenvie a um
amigo (a)para
imprimir

busca

ENTREVISTA / ISABEL LUSTOSA

Primeiros anos, os anos radicais

Luiz Egypto

O nascimento da imprensa brasileira, de Isabel Lustosa, 71pp., Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003; e-mail <jze@zahar.com.br>; web <www.zahar.com.br>

As primeiras tipografias foram autorizadas a funcionar no Brasil somente após a chegada de d. João VI e sua corte, em 1808, escorraçados de Portugal pelas tropas francesas invasoras. Nos 308 anos anteriores, a contar da chegada dos primeiros portugueses ao Brasil, a letra impressa era proibida na colônia – assim como as indústrias, as bibliotecas e as universidades.

Antes que o colonizador começasse a imprimir aqui a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o jornal oficial da corte, no exílio de Londres Hipólito José da Costa já distribuía a primeira edição do seu *Correio Braziliense*, periódico fundador da imprensa brasileira. Outros jornais só apareceriam depois dos desdobramentos, no Brasil, das revoltas liberais na Europa, especialmente a ocorrida na cidade do Porto, em 1820. A partir dali, do outro lado do Atlântico os jornais surgiram em profusão. E foram determinantes no processo de independência do Brasil. É este, em letras grossas, o assunto principal de *O nascimento da imprensa brasileira*, de Isabel Lustosa, agora lançado pela Jorge Zahar Editor.

A autora é graduada em Ciências Sociais pela UFRJ. Fez mestrado e doutorado em Ciência Política no IUPERJ, ambos sob orientação de José Murilo de Carvalho. É pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa e publicou seu primeiro livro em 1989 (*Histórias de Presidentes – a República no Catete, Vozes/FCRB*). A partir de sua dissertação de mestrado publicou *Brasil pelo método confuso – humor e boemia em Mendes Fradique* (Bertrand, 1998) e, da tese de doutorado, *Insultos impressos – a guerra dos jornalistas na Independência* (Companhia das Letras, 2001). É autora de *Nássara – o perfeito fazedor de artes* (Relume Dumará/RioArte, 1999), organizadora de *Lapa do Desterro e do desvario – uma antologia* (Casa da Palavra, 2000) e escreveu dois livros infantis. Ao longo dos últimos dois anos trabalhou com Alberto Dines como co-editora da reedição fac-similar do *Correio Braziliense*, e na organização do volume "Estudos" (volume 30, tomo I) daquela coleção de 32 livros. É dela a entrevista que se segue:

O primeiro jornal brasileiro, o Correio Braziliense, era produzido na Inglaterra. O primeiro jornal impresso no Brasil, a Gazeta do Rio de Janeiro, era um diário oficial da Corte. Ambos começaram a circular em 1808. O que provocou o aparecimento dos vários

títulos citados em seu livro, sobretudo a partir de 1821?

Isabel Lustosa – A Revolução Constitucionalista do Porto, em agosto de 1820. Foi uma revolução liberal bem no espírito das que tomaram a Europa naqueles primeiros anos do século 19. Uma das primeiras medidas da Junta que assumiu o poder foi a liberação do prelo. As notícias sobre essa revolução chegaram ao Brasil ainda na segunda metade de 1820 mas tiveram um impacto decisivo a partir das manifestações de fevereiro de 1821, quando por pressão das tropas portuguesas baseadas no Rio – e dos liberais – o rei foi levado a jurar as bases da Constituição que estava por se fazer. A partir daí liberou-se a imprensa e, já em março de 1821, começaram a circular os primeiros jornais independentes.

O então longo Correio Braziliense influenciou ou inspirou de algum modo os jornais que aqui surgiram?

I.L. – O prestígio de Hipólito da Costa e de seu jornal era grande entre a gente esclarecida do Rio de Janeiro. No entanto, se a influência de suas idéias liberais pode ser sentida em todo o cenário político que se estava estabelecendo, os jornais mais radicais daquele momento não defendiam exatamente os mesmos projetos que Hipólito. Isto se devia ao fato de que por trás de quase toda a agitação política que se verificava no Brasil e em Portugal estava a Maçonaria, e esta era então dividida entre uma tendência francesa (mais republicana) e outra inglesa (mais monarquista constitucional). Hipólito e José Bonifácio se identificavam com esta última; Joaquim Gonçalves Ledo e João Soares Lisboa, com a primeira. A grande briga da imprensa durante os anos que estudo em meu livro se deu entre essas duas tendências.

Os desdobramentos da Revolução Constitucionalista do Porto ajudaram a arejar a circulação de idéias na então colônia do Brasil. O boom que a imprensa experimentou aqui ocorreu também em Portugal?

I.L. – Sim, em Portugal houve igualmente uma grande produção de jornais e panfletos. Em meus livros, este que lanço agora e *Insultos Impressos [Companhia das Letras, 2000, 512 pp.]*, não trabalhei com esta imprensa. Mas existem trabalhos recentes e muito importantes sendo produzidos aqui e lá nos últimos anos. Do ponto de vista de meu trabalho, a imprensa de Portugal e os discursos dos deputados portugueses na Assembléia Constituinte (as chamadas Cortes) funcionam como provocadores de um sentimento patriótico novo baseado no sentido de ser brasileiro e não mais português. Como se sabe, ao longo dos trabalhos das Cortes, as políticas voltadas para o Brasil foram assumindo do ponto de vista brasileiro um caráter nitidamente recolonialista. O acirramento dos ânimos entre deputados brasileiros e portugueses levou a que esses últimos fizemos declarações bastante ofensivas contra os brasileiros. No Brasil, em reação aos apodos de "negrinhos", "botocudos" e "selvagens" com que nos brindavam os portugueses, muitos brasileiros mudaram seus sobrenomes para nomes de animais e plantas silvestres e muitos panfletos e jornais assumiram uma atitude de valorização de nossa natureza tropical e da própria mistura racial da população do Brasil.

Que imprensa era essa num país majoritariamente analfabeto? Como circulavam as idéias impressas?

I.L. – Era não só um país majoritariamente analfabeto mas também um país onde quase a metade da população era de escravos. Este dado e o medo que essa população totalmente excluída de qualquer direito civil ou político viesse a reivindicá-los dava à luta dos liberais americanos um caráter diverso da luta dos europeus. Os elementos envolvidos nas ações que levaram primeiro ao Fico, em 9 de janeiro de 1822, depois à convocação de nossa primeira Assembléia Constituinte, em junho de 1822 e, depois, à proclamação da Independência, em setembro do mesmo ano, eram muito pouco numerosos. Os jornais eram vendidos a partir de subscrição, sua tiragem ficando em torno de 200 exemplares, chegando, os muitíssimo bem-sucedidos, no máximo, a 500 exemplares. Muitos jornais eram lidos nas tabernas e nas praças. Mesmo assim o público do jornal não era certamente essa população de excluídos que os próprios jornalistas preferiam não ver envolvida na luta que travavam pelos interesses do Brasil.

Nos turbulentos meses entre abril de 1821 (partida de d. João VI para Lisboa) e novembro de 1823 (dissolução, por d. Pedro I, da Assembléia Constituinte) é possível atribuir à imprensa um papel determinante na conjuntura política?

I.L. – Sim, estou convencida que a imprensa da Independência foi um ator importante nos acontecimentos e em muitas situações como as três que listei acima ela levou a dianteira. O abaixo-assinado pedindo a d. Pedro que convocasse a Constituinte foi agitado inicialmente nas páginas do *Correio do Rio de Janeiro*, de João Soares Lisboa. A dissolução da Constituinte foi uma reação à violenta campanha que os jornais *O Tamoio* e *Sentinela da Praia Grande* faziam contra os portugueses diretamente e contra d. Pedro I, indiretamente.

Você escreve (pág. 15): "Naquele contexto [dado pelas idéias iluministas], o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos". Algum paralelo com os tempos atuais?

I.L. – A imprensa com que trabalho é muito diferente do que hoje a gente conhece como imprensa. Até porque toda a nossa realidade atual é muito diferente daquela não só no Brasil como no restante do mundo ocidental. O acesso à educação era muito mais restrito, os livros custavam muito caro, a impressão do jornal também, ainda que bem menos. De modo que o jornal era o impresso de mais fácil acesso que se tinha. A mentalidade dos homens de letras desse tempo também acentuava o caráter missionário do papel do jornalista. Ele tinha uma enorme responsabilidade e à imprensa não cabia apenas informar de forma neutra, como idealmente se pretende hoje em dia. Era preciso educar o leitor. Creio que esse propósito educativo só chegou aos nossos dias nos jornais da esquerda, herdeiros diretos da tradição iluminista.

Em que estado de conservação o pesquisador encontra os 18 jornais citados em seu livro?

I.L. – Eu trabalhei a maior parte do tempo com microfimes. A

Biblioteca Nacional tem todos esses jornais microfilmados e, afora as dificuldades normais desse método de trabalho, não há maiores problemas. Eventualmente faltam números em algumas coleções. Pude ter em minhas mãos o *Revérbero* e o *Correio Braziliense* – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem uma coleção do primeiro e a Casa de Rui Barbosa tem quase completa a coleção do segundo. Achei no sebo edições fac-similares da *Malagueta* e do *Tamoio*, publicadas em 1940 por Zelio Valverde, por iniciativa de Rubens Borba de Moraes.

[◀ texto anterior](#)[volta ao índice](#)[próximo texto ▶](#)

[Observatório](#) | [Índice da edição](#) | [Busca](#)
[Objetivos](#) | [Propósitos](#) | [Edições anteriores](#)
[Modo de Usar](#) | [Banca](#) | [Jornalistas na Net](#) | [Equipe](#)